



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

**Processo:** 08007128320198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO FERREIRA DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Houve pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

#### BANCO DO BRASIL

##### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	01/09/2017
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	843,75

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO FERREIRA DA COSTA

BANCO:	104
AGÊNCIA:	03963
CONTA:	000000001675-2

Nr. da Autenticação 21A141214C309351

## DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E O SINISTRO

Em que pese o laudo pericial produzido tenha apontado invalidez também em relação ao MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, é de se observar que a documentação médica do primeiro atendimento, ocorrido o Hospital de Urgência de Teresina, somente dispõe sobre a lesão em pé direito.

**Trecho do boletim onde só se informa lesão em membro inferior do lado direito:**

[illegible]

**Em continuação, documento com evolução da lesão somente indica pé direito:**

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

10.34. Paciente admitido na ORPA, em RDI de fratura - luxação do  
em 7x ⑥, dor aguda de raquianestesia. consciente, orientado,  
físico, eufórico, respirando al aporte de O<sub>2</sub>. HV em curso  
Hemodinamicamente estável.

Crônica Tiburcio de Melo Filho  
CRM-PR 149443  
ENFERMEIRO

Eis que, constam nos autos, outros documentos com data posterior juntados àqueles correspondentes ao sinistro, mas que se referem a procedimento cirúrgico no autor, contudo, somente apontam procedimentos em ligamento do **joelho esquerdo**.

Assim, não há como se admitir que esta suposta lesão seja decorrente do acidente, visto que todos os documentos médicos são posteriores e nada falam sobre ter sido decorrente do sinistro, nem mesmo em vaga referência.

Verifica-se que até o atendimento para o procedimento cirúrgico foi feito em outro Hospital e todos os documentos referem-se a este tratamento, que não tem relação com o acidente sofrido.

Frisa-se que em toda documentação médica acostada, NÃO HÁ COMO SE CONCLUIR INEQUIVOCAMENTE QUE A INVALIDEZ DO JOELHO ESQUERDO seja decorrente do acidente em tela.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre o efeito INVALIDEZ NO JOELHO e o acidente noticiado, ,  
requer a improcedência da ação, na forma do art. 487, I do NCPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 18 de julho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**